

A psicanálise e a dimensão política¹

Psychoanalysis and the political dimension

Luís Antônio Franckowiak Pokorski

Resumo

Este artigo busca examinar a dimensão política constituinte do ser humano e como o poder se tece na dinâmica da clínica e da instituição psicanalítica em um processo de vitalização (como pulsão de vida) ou de desvitalização (como pulsão de morte). Analisa a dimensão do poder e da psicanálise para além da clínica e da instituição, bem como o seu papel na sociedade. Para tanto, está embasado, especialmente, nos estudos de Freud, Zimmerman (2001, 2004) e Roudinesco (2000). Ao se propor uma reflexão sobre as instâncias de poder envolvidas na clínica, evidencia-se a importância de ampliar o olhar para além do *setting* e das instituições que amparam e consolidam o fazer psicanalítico. A percepção do analista em relação ao poder deve considerar também seu aspecto social, de intervenção na sociedade.

Palavras-chave: Psicanálise, Clínica, Instituição, Política, Sociedade.

Introdução

Maffesoli (2011, p. 13) afirma:

Inventa-se um mundo cada vez que se escreve. Trata-se, na realidade, indo ao encontro da etimologia, *invenire*, de fazer vir à luz do dia o que já existe, vivido amplamente na experiência cotidiana, embora os hábitos de pensar impeçam-nos de vê-los.

Tudo o que é humano pode ser abordado por um olhar psicanalítico. Nosso fazer(-se) profissional (de professor) é sempre, de alguma forma, expressão do que somos, imprimindo nossa marca e estilo de ser psicanalista. Assim, entre tantas facetas da realidade, a dimensão do poder sempre esteve presente. Desse modo, autorizamos-nos ao escrito neste trabalho que partilhamos com o leitor, neste fazer psicanalítico.

Freud ([1925] 1996), no prólogo de um tratado de pedagogia de um amigo educador, indicava os três ofícios impossíveis, isto é, educar, curar e governar. Como aponta Goldenberg (2006), Freud nunca fez da política objeto de reflexão filosófica ou científica, nem um tema para a psicanálise, por se interessar mais pelo viés prático do que pelo teórico. E o “impossível” da tarefa política, como educar ou analisar, anuncia não uma impotência, mas as condições de sua possibilidade, seu núcleo utópico.

Neste trabalho, os termos “poder” e “política” serão tratados como sinônimos, uma vez que a ideia de política tende a se confundir com a ideia de poder. São termos e realidades que se entrelaçam, confluem, aproximam-se. São expressões do ser humano e da relação entre os seres humanos em que o aspecto determinante é a capacidade de agir ou

1. Trabalho apresentado no XXIII CONGRESSO DO CÍRCULO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE e da III JORNADA DO CÍRCULO PSICANALÍTICO DO PARÁ, *Psicanálise e diversidades: inconsciente, cultura e caminhos pulsionais*. Belém (PA), 7-11 nov. 2019.

influenciar a ação do outro, e não algo ligado apenas à organização do Estado. Em todas as situações da vida, manifestam-se relações de poder, que estruturam, organizam, cimentam uma ordem humana, que é social. Para além das relações de poder institucionalizadas, segundo Lebrun (1981), a ordem social também é sustentada pelos costumes, pelas leis, pelas paixões coletivas, pelas crenças.

Em um primeiro momento, propomos a examinar a dimensão política constituinte do ser humano, compreendendo que, herdeiros de um horizonte positivista, muitas vezes corremos o risco de focar mais um aspecto do fenômeno, da realidade, aqui, compreendida como o ser em geral. Temos uma compreensão do conhecimento como processual, instituinte, em construção. Procuramos conceber a realidade como uma dimensão de complexidades. Partimos de uma concepção dinâmica da realidade, em que suas partes, suas parcialidades, interagem, entrecruzam-se em seus múltiplos aspectos.

Em um segundo momento, refletimos sobre como o poder se tece na dinâmica da clínica e da instituição psicanalítica e como se tece nas manifestações de relação vincular, de inveja, narcisismos, nos vínculos de empoderamento, entre outros, em um processo de vitalização (como pulsão de vida) ou de desvitalização (como pulsão de morte).

Por fim, analisamos a dimensão do poder e da psicanálise para além da clínica e da instituição e o seu papel na sociedade. O tema e a realidade da política estão presentes como dimensão humana e, aqui, procuramos refletir sobre ela e seus possíveis entrelaçamentos com a psicanálise.

A realidade humana é biopulsional, estética, subjetiva, cósmica, psíquica, moral, social, econômica, política, cultural. Focar o olhar sobre um aspecto da realidade não a empobrece, na medida em que se procura contextualizá-lo, costurá-lo ao tecido de sua integralidade, totalidade, dialeticidade.

Em outros termos, é do que trata Maffesoli (2011, p. 18), abordando a transfigura-

ção do político e da tribalização do mundo, quando afirma que

[...] deveremos compreender que, em determinados momentos, em todos os domínios, político, intelectual, religioso, cotidiano, a potência do instituinte sacode, sem dificuldade, todos os poderes estabelecidos.

Uma compreensão da dimensão política

O termo “política” vem do grego *politeía*, derivado de *polis*, “cidade-Estado”, referindo-se à atividade humana ligada à cidade, ao Estado, à administração pública e aos cidadãos. Cotrim e Fernandes (2016, p. 345) abordam o tema da política na obra *Poder e sociedade*, de Harold Dwight e Abraham Kaplan. Nela, o conceito é visto como “processo de formação, distribuição e exercício do poder”.

Assim, compreendemos a política como a ciência do poder, e a política em si é a dimensão do poder, fenômeno social presente na relação entre os seres humanos e onde se dá a capacidade de influir na ação e no modo de vida do outro.

Hannah Arendt (1989) destaca que não existimos isolados, politicamente, mas coexistimos agindo sempre em conjunto. Bobbio (2000), caracterizando as formas de poder econômico, ideológico e político, destaca que, em seu conjunto, elas contribuem para instituir e manter sociedades desiguais, sendo que o último (político) subordina os demais.

Segundo Guareschi (2012, p. 90):

O poder é outra realidade que, semelhante à comunicação e à ideologia, pode ser percebida como onipresente nos grupos, nas comunidades, em qualquer sociedade. Ela perpassa todos os departamentos do cotidiano, está presente, na maioria das vezes sem ser percebida, em todos os meandros da vida social.

O autor aborda, em um primeiro aspecto, o poder como recurso, qualidade, no sentido de se poder fazer, produzir, algo que se apro-

xima da vontade de potência nietzscheana. Todos temos poderes, potências, possibilidades. Também toma o poder como relação, colocando aí a dimensão do outro: para ser, de algum modo, precisamos do outro.

Ou seja, a essência de um grupo, da sociedade, são as relações. Esses relacionamentos “podem ser relações de cooperação igualitária, amor gratuito, solidariedade companheira” (GUARESCHI, 2012, p. 91).

Maffesoli (2011) refere que a política está entre as categorias que perduram em todas as épocas, citando Simmel, que a aborda como uma configuração anterior ao indivíduo, uma instância necessária à vida, dando sentido e especificidade, determinando a vida social, limitando-a, constringendo-a e permitindo a sua existência.

Além disso, trata da força imaginal do social, do político, uma força que o funda, garante e legitima ao longo da história humana como uma ideia fundadora, uma *libido dominandi*. O político começa com o encontro com o outro, que me nega, e devo me compor com essa negação. O político é a gestão e a solução dos conflitos, os quais são, preferencialmente, atravessados pelo afeto. A paixão desempenha um papel fundamental na vida social. Ela está na origem de toda a vida social, seu lençol freático. Sua gestão é a arte suprema de toda boa política.

A dimensão da política no contexto da clínica

A clínica se constitui horizonte primordial da psicanálise. Zimerman (2001) desenvolve a dimensão do desejo do poder, aponta como esse termo é bastante usado em textos psicanalíticos, sempre como um traço inerente à condição humana. Salienta também seu aspecto excessivo como uma forma psicopatológica.

No tratamento analítico, temos o cuidado com o *setting*, o enquadre que, dinamicamente, “normatiza” e cria condições possibilitadoras ao processo psicanalítico, ao tratamento. Permite-nos, conforme Zimer-

man (2001), a preservação daquilo que foi acordado nessa relação vincular, garantindo o estabelecimento de um aporte à realidade exterior, com suas frustrações e privações; o predomínio do princípio da realidade sobre o princípio do prazer; uma delimitação entre o eu e os outros, desfazendo a especularidade e a gemelaridade típicas nas transferências narcisistas; em casos de pacientes mais regredidos, diferenciar, separar e individualizar, apontando limites, limitações que desfazem a ilusão da simetria funcional imaginada pelo paciente com o analista.

Tudo isso funciona como um fator terapêutico psicanalítico, criando um espaço transferencial, onde as partes adultas do paciente podem ajudar no trabalho de superação das partes infantis do paciente.

Sendo o poder uma *afirmação do poder*, no espaço de tratamento analítico, ele procura se firmar e se reafirmar em todos os momentos do tratamento e do espaço terapêutico. Nas queixas do paciente com autoestima baixa, uma desnarcização coloca o paciente em flerte com as pulsões destrutivas, de morte, em certo processo e vivência de um empoderamento de si mesmo. Outros pacientes se empoderam em suas manifestações narcisistas, protegendo-se de suas fragilidades.

Pacientes controladores tiranizam os relacionamentos, procurando sufocar suas angústias de separação, em uma vincularidade adesiva ou de empoderamento. Vazios e pauperizações internas são fetichizadas pela busca obsessiva de beleza e prestígio.

A dimensão política na instituição psicanalítica

Parece-nos salutar pensar na dimensão do poder na dinâmica existencial da instituição psicanalítica. De certo modo, estamos filiados a alguma instituição psicanalítica e a muitas outras instituições integrantes de nossa vida. Nosso ser analista, forjado e atravessado pelo desejo, sustentado pelas vivências da análise pessoal, seminários teóricos, supervisão e outras instâncias, está relacionado, de algu-

ma forma, à instituição. Esta se constitui de pessoas que constroem sua identidade e um espaço peculiar de pertencimento. E ali onde está o humano, o vincular, a instituição, está a dimensão do poder, do político, tecendo e entretecendo as relações, a palavra que pode se fazer diálogo, as diretrizes, os planejamentos, o regimental, e assim por diante.

A instituição, desejosa de vivenciar um processo de vitalização, como pulsão de vida, precisa estar em um contínuo processo de autoanálise, atenta no sentido de perceber se suas relações de empoderamento promovem vida, crescimento, coesão ou não. Se, no *setting*, na atenção flutuante, ficamos atentos ao que nos fala o inconsciente do paciente e o nosso, é salutar um cuidado com a escuta desse inconsciente institucional.

Na instituição, a dimensão do político pode se dar em um processo desvitalizante. Zimerman (2004, p. 455-456) afirma que:

[...] o exercício do poder na instituição manifesta-se tanto por evidências diretas (nos casos exagerados: um flagrante jogo de sedução, conchavos, ataques sutis, calúnias dissimuladas, intrigas, boatos...) quanto indiretas. Neste segundo caso, os sinais de exercício e de disputa pelo poder aparecem disfarçados, seja sob a forma de uma sólida e bem costurada racionalização, seja um deslocamento para causas ideológicas, que é feito com um toque de sutileza, a idealização de uma certa corrente psicanalítica, fanatismo nas crenças, paixões fundamentalistas, uma catequese retórica e, principalmente, um rodízio de poder entre as mesmas pessoas, por meio de eleições democráticas e legais.

Considerando a dimensão do poder na instituição psicanalítica, pensamos ser importante, na perspectiva vitalizante, segundo Sigal, Conte e Assad (2019), salientar as atividades do *Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras*, composto por aproximadamente 18 instituições, que, desde 2000, caracteriza-se por ser um espa-

ço gerado para a discussão e a defesa da psicanálise de tentativas de regulamentação no Congresso Nacional. A *Articulação* defende que a experiência da psicanálise não pode ser regulada, já que surge de uma ética e tem a transmissão sustentada por um tripé indissolúvel: a análise pessoal, a prática supervisionada e o estudo teórico.

Concebendo o processo psicanalítico como essencialmente dialético, Fachini (2001) aborda o poder e a transgressão na psicanálise desde Freud, passando por Klein, Ferenczi, Winnicott, Bion e Lacan. Situa a psicanálise como a segunda maior transgressão da humanidade. Critica a psicanálise instituída, salientando a utopia da invenção desejante da psicanálise, que, em seu núcleo, é alteridade, esvaziada em um contexto de perda da função paterna, onde tudo é possível, o que gera desamparo e desorientação.

Saleme (2008) aborda a normopatia na formação do analista, condição que perpassa a comunidade analítica, perdendo-se aí uma potência criativa por não suportar a diferença e a diversidade. Inspirada em Joyce McDougall, aponta para o excesso de normalidade. A autora defende a possibilidade de transgressão em um sentido de criar, vinculada a uma ética, abrindo caminhos a novas verdades, à potência de resistência, desenvolvendo a vivacidade da comunidade psicanalítica.

Em seu livro *Por que a psicanálise?* Roudinesco (2000) apresenta um capítulo no qual faz críticas às instituições psicanalíticas. Afirma que a psicanálise, desde seus primórdios, pretendeu se tornar um grande movimento de libertação, aplacando os sofrimentos humanos a partir da exploração do inconsciente. Ela passou por um processo de normatização, devido à profissionalização do analista e à mundialização do freudismo. A autora ressalta ainda um enfraquecimento em todos os grupos psicanalíticos franceses, onde nenhuma sociedade detém o monopólio da boa clínica:

Todas foram enfraquecidas pelas cisões, pelos conflitos e pela esclerose institucional, e todas perderam prestígio a tal ponto que inúmeros terapeutas já não procuram aderir a elas, ou, ao contrário, não hesitam em ser membros de duas (ou três) instituições ao mesmo tempo (ROUDINESCO, 2000, p. 159).

A dimensão política para além da instituição

Zimerman (2001) aborda a psicanálise aplicada, indicando que, inicialmente, na *Sociedade Psicológica das Quartas-feiras*, os seguidores de Freud, principalmente Rank, traziam temas apaixonados, versavam sobre a aplicação da psicanálise na literatura, nas artes, na mitologia, na religião, na história, apontando certa ambiguidade de Freud sobre tal enfoque.

Roudinesco (2000) destaca que, ao cultivar mais a norma e não a originalidade, a globalização e não o internacionalismo, ao centrar-se nos notáveis, a psicanálise desertou do debate político e intelectual.

Julgando-se intocável, não mais se preocupou – a despeito da coragem individual de inúmeros de seus praticantes anônimos – com a realidade social, com a miséria, o desemprego, os abusos sexuais e as novas reivindicações provenientes das transformações da família patriarcal: sobretudo as dos homossexuais, a quem, como sublinhei, ela continua a recusar o direito de se tornarem psicanalistas. Em suma, ela se desinteressou do mundo real para se voltar para suas fantasias de onipotência (ROUDINESCO, 2000, p. 152).

Registramos a experiência da *Psicanálise na Praça*, um coletivo de psicanalistas de Porto Alegre, que, inspirados por experiências já existentes em outros estados brasileiros, propõe, de forma independente, um trabalho de escuta analítica no espaço público da cidade, levando a escuta psicanalítica para as ruas, a fim de possibilitar um maior alcance da psicanálise a todos os que com ela desejam se

encontrar. Cremos ser importante um olhar para essa experiência do fazer psicanalítico, onde algo se potencializa.

Considerações finais

A dimensão política do poder nos é constituinte. Cabe a cada um pensar como tece e vivencia em si essa dimensão em nível pessoal, com as suas ressonâncias em sua subjetivação e como ela se manifesta em sua realidade vincular, no horizonte intersubjetivo, onde se ampliam as vivências do poder. Concebemos o poder como *Eros*, libido vitalizadora, onde há uma manifestação de vida, de crescimento saudável. Em sua contrapartida, temos o poder como energia, manifestação humana patologizante, mortífera, negando uma oxigenação da subjetividade, esvaindo-se numa libido de morte.

Pensar nessa dinâmica política do humano é pensar um aspecto que é parte de nosso ser. Psicanaliticamente, também somos tecidos pela dinâmica do poder em sua dinâmica histórica, na experiência da análise pessoal, na instituição psicanalítica em que buscamos uma pertença, alargando-se para o horizonte de todo o social.

O objetivo deste artigo é justamente propor uma reflexão sobre o tema. Desenvolvê-lo e dividi-lo com mais pessoas já nos coloca em uma dimensão de vida, de efetivação pulsante de um poder constituinte e instituinte.

Abstract

This article seeks to examine the political dimension that constitutes the human being and how power weaves in the dynamics of the clinic and the psychoanalytical institution in a process of vitalization (as life drive) or devitalization (as death drive). It analyzes the dimension of power and Psychoanalysis beyond the clinic and the institution, as well as their role in society. Therefore, it is based, especially, on the studies of Freud, Zimmerman (2001, 2004) and Roudinesco (2000). By proposing a reflection on the instances of power involved in the clinic, it becomes evident the importance of broadening the look beyond the setting and the institutions that support and consolidate psychoanalytic practice. The analyst's perception of power must also consider its social aspect, of intervention in society.

Keywords: Psychoanalysis, Clinic, Institution, Politics, Society.

Referências

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BOBBIO, N. *et al. Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2000.
- COTRIM, G.; FERNANDES, M. *Fundamentos de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- FACHINI, N. *Psicanálise: o crepúsculo dos deuses e a transgressão de Prometeu*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FREUD, S. O ego e o id (1923). In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos* (1923-1925). Direção geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 25-71. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).
- GOLDENBERG, R. D. *Política e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GUARESCHI, P. *Psicologia social crítica como prática de libertação*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- LEBRUN, G. *O que é o poder?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAFFESOLI, M. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SALEME, M. H. *A normopatía na formação do analista*. São Paulo: Escuta, 2008.
- SIGAL, A. M.; CONTE, B.; ASSAD, S. (Orgs.). *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2019.
- ZIMMERMAN, D. E. *Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ZIMMERMAN, D. E. *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Recebido em: 08/11/2019

Aprovado em: 27/12/2019

Sobre o autor

Luís Antônio Franckowiak Pokorski

Psicanalista pelo Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul (CPRS).
Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição.
Especialista em Administração Educacional pela Faculdade Porto-Alegrense, Sociologia pela PUC-RS e Pedagogia Inaciana, pela PUC-RJ.
Doutorando em Psicologia Social pela Universidad Argentina John F. Kennedy (UFK).
Autor de artigos sobre psicanálise e do livro de poesia *E-ternidades*.

Endereço para correspondência

E-mail: <pokorski17@yahoo.com>